

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000138/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/07/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR012181/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46205.009809/2008-67
DATA DO PROTOCOLO: 21/07/2008

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRAB NO COM E SERV DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 07.343.320/0001-93, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARCOS PEREIRA DA SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, E DAS EMPRESAS DE ASSESSOR., PERICIAS, INFORM. E PESQUISAS DO CEARA, CNPJ n. 23.531.189/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CASSIUS REGIS ANTUNES COELHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Representante dos segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma da CLT e do parágrafo IV do artigo Oitavo da Constituição Federal: Trabalhadores e Trabalhadoras das Empresas de ESCRITÓRIOS, SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS; EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL, DE ASSESSORIA DA PREVIDÊNCIA PRIVADA, EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE PERÍCIA E AVALIAÇÕES; EMPRESAS DE ASSESSORIA DE CRÉDITO E ADMINISTRADORES CRÉDITO E CARTÕES DE CREDITO CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E FINANCEIRAS DE CRÉDITO. EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIA E ENGENHARIA CONSULTIVA; EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ORGANIZAÇÕES E COORDENAÇÃO, EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, ASSOCIAÇÕES, AGÊNCIAS E INSTITUTOS DE INFORMAÇÕES E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS) HOLDINGS SOCIETÁRIAS E DE FUNDOS MÚTUOS; FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, ATIVIDADES AFINS E CONEXAS no Estado do Ceará, com abrangência territorial em CE.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

O Piso Salarial da Categoria Profissional representada nesta Convenção Coletiva de Trabalho será de **R\$ 470,00 (Quatrocentos e setenta reais)**^{1º} de maio/2008 a 30 Abril/2009.

Parágrafo Primeiro - No reajuste previsto nesta cláusula serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre maio de 2008 a abril de 2009, respeitada a irredutibilidade salarial.

Parágrafo segundo - Os trabalhadores que ingressaram entre os meses de junho a abril, terão reajuste proporcional ao previsto na cláusula 1ª, Observando-se a divisão do percentual aplicado à categoria multiplicada pelos meses subseqüentes à admissão do trabalhador.

Parágrafo Terceiro - Estão excluídos do disposto desta cláusula, os menores submetidos ao regime regular de aprendizagem, bem como aqueles integrados ao Programa Social de Trabalho Educativo, promovido e coordenado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Fica garantido entre as partes que em primeiro de maio de 2008 os salários dos trabalhadores abrangidos pela presente CCT serão reajustados, aplicando-se o percentual de 8% (*oito por cento*) sobre o salário do mês de maio de 2007. Para aqueles que recebem mais que o piso salarial.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - EMPREGADO SUBSTITUTO

O empregado fará jus ao mesmo salário ou gratificação do empregado titular durante o período que perdurar a referida substituição.

CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL

A empresa pagará aos empregados, 2% (*dois por cento*) ao mês, a incidir sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, entendida esta, a que ocorrida a partir do 5º (*quinto*) dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão aos seus empregados envelopes de pagamento ou documento similar, com o timbre da empresa, discriminando os valores pagos, bem como os descontos efetuados.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA OITAVA - IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO

Fica garantida, na admissão, a igualdade de remuneração, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade no exercício da mesma função executada na mesma empresa, observadas estritamente as disposições legais existentes.

CLÁUSULA NONA - DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL

Nenhum empregado poderá ter o seu ganho diminuído nem reduzidas vantagens já percebidas por motivo da

aplicação da presente **CCT - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão aos seus empregados envelopes de pagamento ou documento similar, com o timbre da empresa, discriminando os valores pagos, bem como os descontos efetuados.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FUNÇÃO DE CAIXA

Aos empregados na função de "Operador de Caixa" fica assegurada, a título de quebra de caixa, a quantia mensal e equivalente a 10% (*dez por cento*) do Piso Salarial estabelecido na cláusula segunda.

Parágrafo Único - A "quebra de caixa" não será devida aos empregados que, por liberalidade dos empregadores não indenizam as eventuais diferenças verificadas, devendo o empregador comunicar sua decisão ao Sindicato Profissional.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com adicional de 55% (*cinquenta e cinco por cento*) sobre os valores normais do salário nos dias úteis e 100% (*cem por cento*) nos domingos e feriados.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL NOTURNO

As empresas pagarão a título de adicional noturno, o percentual de 21% (*vinte e um por cento*) sobre o valor da hora normal, ao empregado que laborar entre 22:00 horas de um dia até 05:00 horas do dia seguinte.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALIMENTAÇÃO

A Empresa concederá aos seus Empregados Ajuda de Custo Refeição ou Alimentação de acordo com os termos do Programa de Alimentação do Trabalhador estabelecido na Lei n.º 6.321/76 e Legislação subsequente, que será distribuído sob a forma de VALES no valor de **R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos)** por cada dia de trabalho.

Parágrafo Primeiro - A ajuda de custo ou alimentação referido no caput desta cláusula deverão ser reajustados no percentual de 8% (*oito por cento*) nos casos onde o citado benefício for praticado acima do valor estabelecido nesta norma coletiva.

Parágrafo Segundo - Os Empregados que comprovadamente se utilizarem de restaurantes que vierem a ser mantidos pela Empresa, não farão jus a concessão da ajuda de custo alimentação.

Parágrafo Terceiro - Nenhum dos valores estabelecidos no "caput" e parágrafos desta cláusula integrará o salário dos Empregados beneficiados que os perceberem.

Parágrafo Quarto - No período pré-natalino, isto é, aquele compreendido entre 15 de novembro e 24 de dezembro, aos Empregados que trabalharem em horário extraordinário superior ou igual a duas horas diárias terão assegurado um intervalo de 15 (*quinze*) minutos entre uma e outra jornada de trabalho. A empresa compromete-se a fornecer um lanche sempre que houver necessidade da realização desse serviço.

Parágrafo Quinto - Os valores estabelecidos nesta cláusula não serão aplicados aos Empregados que cumprirem jornada diária de trabalho inferior a 6 horas, exceto nos casos em que a empresa já conceda este benefício a seus empregados.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO CRECHE ESCOLA

A Empresa reembolsará mensalmente às suas Empregadas mães ou aos pais solteiros, separados judicialmente ou divorciados que detenham a guarda dos filhos, mediante apresentação dos competentes comprovantes das despesas de matrícula e frequência de seus filhos até 36 (*trinta e seis*) meses de idade, em creche ou instituição de ensino, até o valor limite de R\$ 80,00 (*oitenta reais*). Dando-se assim como cumpridas as formalidades do Artigo 389, parágrafo 1º e 2º da CLT, bem como da portaria do MTE 3296/86.

Parágrafo Único - Em caso de filho excepcional ou deficiente físico, que necessite freqüentar escola especial, será devido o benefício até que o mesmo complete 14 anos de idade.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO DOENÇA COMPLEMENTAÇÃO

A Empresa concederá aos funcionários complementação do Auxílio-doença, nas seguintes condições:

a) Aos Empregados com mais de 01 (*um*) ano de trabalho, na ocasião do afastamento médico, terão assegurado uma complementação no seu salário líquido com relação ao benefício concedido pelo INSS, pelo período máximo de 60 (*sessenta*) dias.

b) Para concessão de um novo benefício, haverá carência de um ano.

A Empresa efetuará o pagamento do referido benefícios cinco dias úteis posteriores ao recebimento da cópia do recibo de pagamento do Auxílio-doença emitido pelo INSS.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXILIO FUNERAL

Aos empregadores que não estejam mantendo plano de seguro ou plano funerário em favor de seus empregados, fica obrigado-a o pagamento de auxílio funeral aos familiares do falecido, no valor de 1 (*um*) piso salarial da categoria, diretamente aos familiares do falecido.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO EM GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS

A Empresa concederá aos seus Empregados seguro em grupo de acidentes pessoais, segundo os termos do

contrato de adesão firmado com a entidade especializada, cujo prêmio a ser afixado a seu exclusivo arbítrio

Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GRATIFICAÇÃO POR APOSENTADORIA

O Empregado que conte, no mínimo, 10 (*dez*) anos de tempo de serviço na mesma Empresa receberá, por ocasião de sua aposentadoria, uma gratificação de valor correspondente a 100% (*cem por cento*) de seu último salário mensal, desde que não opte por continuar trabalhando e desligue-se efetivamente da Empresa.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

As empresas abrangidas por esta Convenção ficam autorizadas, a título de incentivo à contratação, a celebrar Contratos por Tempo Determinado, de que trata o Art. 443 da CLT, independentemente das condições estabelecidas em seu Art. § 2º, nos termos da Lei Federal nº 9.601/98 e de seu Decreto Regulador n. 2.490/98.

Parágrafo Único - A contratação por tempo determinado de que trata a presente cláusula, fica condicionada a celebração de acordo coletivo de trabalho, cujo os termos e condições serão estabelecidos pela empresa interessada, com acompanhamento do Sescap-Ce e a Fetrace.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

O empregador se obriga a entregar a 2ª (*segunda*) via do contrato de experiência de trabalho do empregado.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas se obrigam, por ocasião da rescisão de contrato de seus empregados e empregadas, a fornecerem uma carta de referência, exceto se o empregado for demitido por justa causa, constando tempo de serviço, funções desempenhadas e salário.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA DO AVISO PREVIO

Nos pedidos de demissão, as empresas comprometem-se com o demissionário a dispensa do cumprimento do aviso prévio, desde que este comprove a obtenção de novo emprego, quando então perceberá a remuneração dos dias efetivamente trabalhados.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MATERIAL EXTRAVIADO

É vedado o desconto de material de serviço perdido no exercício da função, sem ocorrência de culpa por parte do Empregado. As empresas deverão adotar procedimentos internos com vistas a reparação do material extraviado pelo empregado, na ocasião do acontecimento dos fatos.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TRABALHADORA GESTANTE

Fica garantida estabilidade no emprego à empregada gestante desde a concepção até 90 (*noventa*) dias após o termo final descrito no artigo 10º, inciso II, letra " b" , do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SERVIÇO MILITAR

A partir da incorporação ao serviço militar, o empregado terá estabilidade no emprego, até 60 (*sessenta*) dias após a baixa do referido serviço. Da sua incorporação, dará ciência ao empregador em 48 (*quarenta e oito*) horas.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DO EMPREGADO EM AUXÍLIO ACIDENTE

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantido pelo prazo mínimo de 12 (*doze*) meses a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Parágrafo Único - Excetua-se das garantias previstas no "caput" desta cláusula, os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pela Federação, nas duas últimas hipóteses.

Estabilidade Portadores Doença Não Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DO EMPREGADO EM AUXÍLIO DOENÇA

Terá garantia de emprego e salário, a partir da data do retorno à atividade, o empregado afastado por auxílio-doença por um período igual ao afastamento, com um limite máximo de 90 (*noventa*) dias.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada a garantia no emprego ao empregado optante pelo FGTS, nos 24 (*vinete e quatro*) meses anteriores à aquisição do direito a qualquer uma das modalidades ordinárias de aposentadoria, salvo nos casos

de demissões por justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REUNIÕES OBRIGATORIAS

Fica estabelecido que as reuniões com comparecimento obrigatório dos empregados, deverão ser realizadas durante a jornada normal de trabalho, ou, se fora de horário normal, será pago como hora extra.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO BANCO DE HORAS

As empresas estão autorizadas a acrescentar 01 (*uma*) hora diária no período de segunda a sexta-feira desde que sejam compensados com folgas individuais negociados com a chefia.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADOS OPERADORES E DIGITADORES DE MICROCOMPUTADORES

Fica garantida ao empregado que exerça a função de digitador/operador de microcomputador, uma jornada diária de trabalho de 06 (*seis*) horas corridas com intervalo de 10min, para cada cinquenta trabalhados conforme a NR 17. Caso exerça outra função após sua jornada de trabalho, terá garantido um adicional de 20% (*vinte por cento*) sobre os seus salários.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

O horário de trabalho do empregado estudante do 1º e 2º graus não poderá exceder das 8:00 horas, de segunda a sexta feira, durante o período letivo e nem será incluído em escala de revezamento que a empresa organizar na forma de lei.

Parágrafo Único - Aos empregados estudantes, que vierem prestar exames vestibulares devidamente comprovados, serão assegurado o direito ao abono das faltas nos dias das provas, desde que o empregador seja comunicado com antecedência de no mínimo 48 (*quarenta e oito*) horas.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INÍCIO DE GOZO DE FÉRIAS

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados, ou dias já compensados.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - UNIFORME

As empresas que estabelecerem ou exigirem uso obrigatório de uniforme no trabalho deverão fornecê-lo no modelo adotado pela mesma e gratuitamente, em quantidade suficiente para que o trabalhador compareça ao trabalho devidamente fardado.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos fornecidos por qualquer profissional da área médica competente, serão aceitos pelas empresas para todos os efeitos legais, ressalvadas os casos em que estes mantenham assistência médica para seus empregados.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

As empresas permitirão afixar em seus quadros de avisos, cartazes e comunicações expedidas pela FETRACE de interesse exclusivo da categoria, sempre em local de bom acesso e que permita fácil leitura por parte dos empregados.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas deverão enviar à **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO CEARÁ**, o número de empregados abrangidos pela Contribuição Sindical, bem como o total dos descontos da Contribuição Assistencial estabelecida nesta Convenção, até 15 (*quinze*) dias após o desconto dessas verbas.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

De todos os empregados abrangidos pela presente CCT, será descontado a título de contribuição assistencial, o percentual de 3% (*três por cento*) do seu salarial reajustado no mês de maio/2008, pelo empregador, e recolhido à: **FETRACE - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO CEARÁ**, nesta capital, em guias próprias fornecidas pela Federação Laboral até o último dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas vinculadas a esta convenção, se obrigam a recolher em favor do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará - SESCAP-CE, uma importância, a título de contribuição confederativa, para custeio do sistema confederativo da representação sindical, nos termos do inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Contribuição confederativa de que trata esta cláusula será estabelecida em Assembléia Geral da entidade sindical patronal que subscreve a presente convenção, especialmente convocada para fixar o valor a ser recolhido e a data que deverá ser recolhida, através de guia própria que a entidade patronal beneficiária encaminhará à empresa, com indicações dos estabelecimentos arrecadadores.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FICA GARANTIDO O DIREITO À OPOSIÇÃO DOS EMPREGADOS

- Fica garantido o direito à oposição dos empregados e empregadas abrangidos por esta Convenção, que não queiram descontar o percentual acima citado, desde que manifeste por escrito a sua oposição pessoal e individualmente junto à diretoria na sede da **FETRACE**, na Rua Barão do Rio Branco, 1071, 7º andar, salas 725/728, Centro, nesta Capital, durante o horário comercial no prazo de 10 (*dez*) dias anterior ao efetivo desconto.

Parágrafo Único - As empresas representadas pelo **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO CEARÁ - SESCAP-CE** ficam obrigadas a recolherem aos cofres da entidade, mediante guias próprias e nos estabelecimentos bancários indicados, importância equivalente a R\$ 40,00 (*Quarenta Reais*), por empresa, inclusive para cada filial. O recolhimento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês de junho/2008, sob pena das cominações previstas no Art. 600 da CLT.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ORGANIZAÇÃO POR LOCAL DE TRABALHO

Será implantada a Organização Por Local de Trabalho - OLT com atribuição exclusiva de representação, assessoramento, defesa e a preservação dos interesses das (os) trabalhadoras (es) perante à direção da empresa e da FETRACE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A COMPOSIÇÃO DAS OLTs

: (*Organização Por Local de Trabalho*) será constituída por três representantes titulares e seus respectivos suplentes eleitos de forma direta pelo corpo de trabalhadoras (es) de cada empresa com mais de 100 (*cem*) empregados. Esses representantes terão a garantia de emprego durante os seus mandatos. A eleição será organizada pela **FETRACE** e pela **Empresa**, podendo esta requerer a participação do **SESCAP-CE**. A empresa disponibilizará espaço físico para funcionamento da **OLT** sob requerimento antecipado, e liberará o ponto para membros efetivos da OLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA SINDICAL DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados acima ou igual a 12 (*doze*) meses serão efetuadas na **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO e SERVIÇOS DO ESTADO DO CEARÁ**.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DIVERGÊNCIAS

As divergências entre as partes convenientes oriundas da aplicação dos dispositivos da presente Convenção serão julgadas pela Justiça do Trabalho, depois de esgotadas todas as tentativas de solução.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PENALIDADE

O descumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, no todo ou em parte, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor do salário normativo e por infração, revertendo 100% (*cem por cento*) para o empregado prejudicado. Se e somente se, devida se a empresa persistir na irregularidade após regular notificação com prazo de 30 (*trinta*) dias.

MARCOS PEREIRA DA SILVA

Diretor

FEDERACAO DOS TRAB NO COM E SERV DO ESTADO DO CEARA

CASSIUS REGIS ANTUNES COELHO

Presidente

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, E DAS EMPRESAS DE ASSESSOR.,
PERICIAS, INFORM. E PESQUISAS DO CEARA**